

Renúncia ou cassação, o drama de ACM e Arruda

PFL se reúne na véspera da votação e poderá recomendar ao senador baiano que abra mão do mandato

Adriana Vasconcelos
e Maria Lima

● BRASÍLIA. Sob pressão total, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) correm o risco de chegar ao fim desta semana sem o mandato de senador. Diante da chance de o Conselho de Ética aprovar quarta-feira o relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ), que pede a cassação de ambos por quebra de decoro parlamentar no caso da violação do painel, a expectativa dos partidos e até de aliados é que não se arisquem e renunciem para evitar a perda dos direitos políticos por oito anos.

A cassação para Antonio Carlos, aos 73 anos, seria praticamente o fim de uma carreira de 47 anos quase sempre muito próxima ao poder. A renúncia abriria espaço para seu filho Antonio Carlos Magalhães Júnior, seu suplente, e ainda a possibilidade de voltar à política no governo da Bahia ou novamente como senador.

Embora bem mais moço, Arruda, de 47 anos, pode ter comprometido de maneira irreversível o futuro político ao admitir a participação na fraude. Depois de uma ascensão meteórica, que lhe garantia até bem pouco tempo um dos principais cargos do Legislativo, o de líder do governo no Senado, foi obrigado a deixar o PSDB e reclama do abandono.

Arruda ameaça jogar lama no ventilador

Deprimido e sem perspectivas, ameaça fazer denúncias contra o governo, caso seja mesmo obrigado a abrir mão do mandato.

A votação do relatório estará praticamente antecipando o julgamento, além de revelar a opinião de 20% da Casa. O presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), garantiu que o voto será aberto, a despeito dos protestos dos acusados. Isso reduziu significativamente as chances de ambos de tentarem convencer seus colegas a adotarem uma pena mais branda.

Os rumores de que Antonio Carlos teria fechado um acordo com o governo em troca da retirada das assinaturas dos car-

listas do requerimento da CPI da Corrupção só piorou a situação. O presidente Fernando Henrique reuniu-se semana passada com os presidentes da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), e do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), para garantir que não há acordo algum. Foi o sinal que faltava para que o PMDB e o PSDB começassem a trabalhar abertamente pela cassação.

Solidária ao senador baiano, a cúpula pefelista ainda tenta mudar a situação. A idéia é substituir a cassação pela suspensão de mandato por pelo menos 90 dias, o que já é considerado por Antonio Carlos como uma punição bastante dura. Na terça-feira à noite, o comando do partido se reúne para avaliar o quadro e pode recomendar a renúncia, caso considere que a cassação é inevitável.

ACM não quer ficar fora da eleição de 2002

Antonio Carlos se recusou a falar sobre essa hipótese, embora nas entrelinhas deixe claro que não abrirá mão de se candidatar no próximo ano: para o governo da Bahia ou novo mandato de senador.

Amargurado, admite em entrevista exclusiva que vive um dos momentos mais difíceis da carreira. Ele acredita que não estaria sofrendo tanto se seu filho Luís Eduardo estivesse vivo. Com temperamento conciliador, Luís Eduardo não permitiria que o pai levasse sua disputa com Jader às últimas consequências e, certamente, teria evitado seu rompimento com o governo.

Procurado pelo GLOBO, Arruda não quis dar entrevista. Escreveu um artigo no qual, pela primeira vez, insinua que os mais interessados em sua execração seriam aqueles que têm medo da divulgação da lista da votação que cassou Luiz Estevão. Mesmo tendo admitido seu erro, diz que não merece a pena máxima.

Segundo os principais líderes do Congresso, suas chances de escapar da cassação são remotas. Mas deverá aguardar o resultado da articulação do PFL para salvar Antonio Carlos, na expectativa de que possa pegar uma carona. ■

● A ENTREVISTA DE ACM
na página 12



ARRUDA: VEEMÊNCIA ao negar participação na violação foi substituída por veemência no arrependimento, aparentemente sem resultado

Roberto Stuckert Filho/18-4-01